

## ÍNDICE

NOTA DAS AUTORAS À 1ª EDIÇÃO	5
NOTA DAS AUTORAS À 2ª EDIÇÃO	7
SIGLAS	9

### I – FLORESTAS, ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

1. As florestas e o ordenamento do território	13
2. Planeamento do território e planeamento florestal	15
2.1. Planeamento do território	15
2.2. Planeamento florestal	19
2.2.1. Planos regionais de ordenamento florestal (PROF)	20
2.2.2. Planos de gestão florestal (PGF) e planos específicos de intervenção florestal (PEIF)	24
2.2.3. Planeamento da defesa da floresta contra incêndios	25
a) Os PMDFCI antes das alterações legislativas de 2017: muitas dúvidas	26
b) Os PMDFCI depois das alterações legislativas de 2017	32
2.2.4. Os planos de gestão integrada de fogos rurais	36
3. A harmonização entre ordenamento do território e ordenamento florestal	43
3.1. Os planos territoriais tomam em consideração o interesse florestal	44
3.2. A necessidade de harmonização das legislações (o caso da classificação e da qualificação do solo)	48
3.2.1. Classificação dos solos na legislação de ordenamento do território	50

3.2.2. Classificação dos solos no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios	53
3.2.3. Classificação dos solos no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais	58

## II – FLORESTAS E GESTÃO DO TERRITÓRIO

1. Arborização e rearborização	67
2. Faixas de Gestão de Combustível	76
2.1. Redes de Defesa da Floresta	76
2.2. Em especial, as faixas secundárias de gestão de combustível	78
3. Gestão urbanística	84
3.1. Espécies e arvoredo protegidos	84
3.2. Condicionantes em sede de gestão urbanística	93
3.2.1. No Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios	93
3.2.2. No Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais	96
3.3. Regime excecional de controlo prévio	107
CONCLUSÕES	113

## LEGISLAÇÃO RELEVANTE

LEI DE BASES DA POLÍTICA FLORESTAL	117
Lei nº 33/96, de 17 de agosto	117
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS (EXCERTO)	
Resolução do Conselho de Ministros nº 6-B/2015, de 4 de fevereiro	127
SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS NO TERRITÓRIO CONTINENTAL	
Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de Outubro	163
REGIME JURÍDICO DOS PROGRAMAS E PLANOS DE ORDENAMENTO, DE GESTÃO E DE INTERVENÇÃO DE ÂMBITO FLORESTAL	
Decreto-Lei nº 16/2009, de 14 de janeiro	219

REGIME JURÍDICO APLICÁVEL ÀS AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO E REARBORIZAÇÃO Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho	233
MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO SOBREIRO E À AZINHEIRA Decreto-Lei nº 169/2001, de 25 de maio	251
REGIME EXCECIONAL DE CONTROLO PRÉVIO RELATIVO À RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTRUÍDOS OU GRAVEMENTE DANIFICADOS EM RESULTADO DE CATÁSTROFE Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro	263
ÍNDICE	267